

Igreja prepara lobby na Constituinte

Aborto, capital-trabalho e questões sociais — as lutas da CNBB



Dom Luciano: Igreja atua nas consciências e não no saguão do Congresso

JOÃO CARLOS HENRIQUE
Da Editoria Nacional

"Os constituintes têm obrigação de admitir as pressões democráticas". O alerta é do secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Luciano Mendes de Almeida, em entrevista exclusiva ao CORREIO BRAZILIENSE. E, para pressionar democraticamente os constituintes, a Igreja acionará o seu lobby no Congresso Nacional, através de uma comissão que informará o episcopado e manterá contato com os constituintes, de modo a "assegurar os critérios e valores éticos necessários para o bom ordenamento constitucional do País".

Dom Luciano explicou que "o lobby da Igreja não se faz no saguão do Congresso, mas na formação da consciência" e fez questão de esclarecer que a CNBB "insiste na soberania da Constituinte, isto é, que não pode ser subordinada a nenhum outro poder, nem sujeita a regimentos pré-fabricados". Segundo ele, a tônica da CNBB é a de assegurar a participação constante dos segmentos da sociedade, gerando um amplo processo que envolva a nação para que a Constituição não seja algo feito sem o povo".

A Comissão de Assuntos Constitucionais da CNBB será presidida pelo bispo de Bauru (SP), Dom Cândido Padin. A indicação definitiva dos nomes dessa comissão será feita por ocasião da próxima reunião da presidência da CNBB, entre os dias 24 e 26 de fevereiro. Deverá ser composta, entre outros, pelo jurista Fábio Konder Comparato, pelo sociólogo jesuíta Fernando Bastos de Avila e parlamentares cristãos de diversos partidos, entre os quais o deputado eleito Plínio Arruda Sampaio (PT/SP).

A Igreja defenderá junto aos constituintes princípios e propostas como a "defesa intransigente da vida hu-

mana, desde sua concepção, com a exclusão clara e definitiva do aborto provocado; a primazia do trabalho sobre o capital; a prioridade da dimensão social sobre os benefícios econômicos; a inadiável reforma agrária, realizada por meios pacíficos, mas eficazes e o salário justo".

O direito à "educação plena" também será defendido pela Igreja. De acordo com Dom Luciano, este direito deverá "superar o monopólio estatal e a comercialização do ensino. A Igreja quer que seja respeitada a liberdade de escolha de pais e alunos para que a educação seja dada conforme seus princípios éticos, religiosos e culturais".

Este ensino "deve ser acessível às populações de baixa renda", ou seja, "gratuito também para as escolas particulares, as chamadas comunitárias". Na prática, o que a Igreja gostaria é de que o Governo bancasse as escolas católicas, pagando os seus professores.

O acompanhamento permanente das atividades da Constituinte, por parte da Igreja Católica, poderá contar inclusive com o auxílio da informática, através da instalação de um banco de dados capaz de fornecer subsídios tanto ao clero como aos constituintes.

Em fevereiro, o mês da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, poderá começar a funcionar uma nova pastoral da Igreja — a Pastoral Constituinte —, reforçando os trabalhos da comissão episcopal para acompanhamento da Constituinte. Dom Luciano não quis confirmar a possibilidade da criação dessa pastoral.

"O mais importante", disse ele, "é que se propicie a participação em todos os níveis da sociedade, especialmente nas áreas da Igreja, uma vez que, não só a Constituição, mas o seu constante aperfeiçoamento, deverá ser assegurado para uma sociedade solidá-

ria e em aperfeiçoamento democrático".

ELEIÇÃO

Enquanto acompanha os trabalhos da Constituinte, a CNBB se prepara para suas eleições internas. De 23 de abril de 1º de maio será realizada, em Itaipá, São Paulo, a sua assembleia eletiva, que vai escolher o sucessor de Dom Ivo Lorscheiter na presidência da CNBB.

Apesar de oficialmente não existirem chapas nem candidatos, três bispos estão sendo apontados como prováveis sucessores de Dom Ivo. São Dom Luciano Mendes de Almeida, atual secretário-geral, que daria continuidade aos trabalhos do progressista Dom Ivo; Dom Benedito de Uíhoa Vieira, atual vice-presidente, "um moderado progressista" e o arcebispo de Belo Horizonte, Dom Serafin Fernandez, um conservador com remotas chances de se eleger.

Segundo diversos bispos consultados pelo CORREIO tudo indica que Dom Luciano seja eleito presidente. O mais cotado para a vice-presidência é Dom Paulo Ponte, arcebispo de São Luís do Maranhão e, para a Secretaria-Geral, já pode se considerar eleito Dom Ceiso Queiroz, o progressista bispo auxiliar de São Paulo, Dom Luciano Mendes de Almeida, considerado "bom de voto", não fala sobre este assunto, lembrando que "graças a Deus, há muitos e bons candidatos capazes de assumir a direção da CNBB".

Além da direção, composta por três bispos com quatro anos de mandato, serão eleitos oito membros para a Comissão Episcopal Pastoral, que tem a responsabilidade direta sobre a organização de ação pastoral da Igreja no Brasil. Serão também escolhidos cinco membros para a Comissão Episcopal de Doutrina, a representante do episcopado junto ao Ceiam (Conselho Episcopal Latino-Americano) e os delegados do Brasil ao Sínodo que se realizará em Roma, no mês de outubro.

PARLAMENTARISMO ANO

Sonho do PMDB, desde 83, pode ser aprovado

JOÃO EMILIO FALCÃO
Repórter Especial

Sugerido em 83 pelo presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), ao ex-ministro Leão de Abreu, através do senador Amaral Peixoto (RJ), então presidente do PDS, o regime parlamentarista está sendo, neste início da Constituinte, defendido por parlamentares de todos os partidos e sua aprovação parece inevitável.

Nas reuniões secretas da cúpula do PMDB três hipóteses estão sendo discutidas para o caso de a atual crise persistir: eleições presidenciais antecipadas para 88; parlamentarismo imediato e de fato com o PMDB controlando o Governo com um todo, o que está começando a ocorrer; e parlamentarismo de direito.

APOIO

Em fevereiro, quando se instalar a Constituinte, a Frente Interpartidária Parlamentarista, presidida pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), desencadeará uma campanha em defesa da mudança do regime, Nelson, candidato à Presidência do Senado, está convencido de que o parlamentarismo será aprovado pelas manifestações de apoio que tem recebido dos constituintes.

Na campanha, a Frente espera contar com a participação de políticos de grande ressonância. O ministro da Justiça, Paulo Brossard, é o mais famoso discípulo de Raul Pilla e tem reafirmado, informalmente, que, fosse constituinte, votaria em favor do parlamentarismo. O ministro Jorge Bornhausen, da Educação, é autor de emenda, em tramitação, propondo a mudança do regime e jamais negou sua convicção. Ele se preocupa, apenas, com a preservação total do mandato do Presidente da República.

O senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que será o presidente da Grande Comissão Constitucional, é um expressivo defensor do parlamentarismo, aprovado pela Comissão de Notáveis, nomeada por Tancredo Neves, para elaborar o anteprojeto da nova Constituição. O líder do PMDB e do Governo na Câmara, deputado Pimenta da Veiga (MG), é a favor da mudança, frisando que apresentará emenda neste sentido.

Três homens de grande influência junto ao presidente Ulysses Guimarães, que detêm o maior poder político, são entusiastas do regime de Gabinete: o governador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul; o ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, e o senador Afonso Camargo. Nas conversas com o presidente do PMDB, eles têm insistido na tese.

A Frente, através do seu secretário-geral, deputado Victor Faccioni, espera que as manifestações em favor da alteração do regi-



Ulysses: desde 83

me cresçam na medida em que o tema seja debatido na Constituinte. Em publicação a ser distribuída, estarão declarações de líderes nacionais em favor do sistema, como as seguintes:

"O parlamentarismo é a mais aprimorada forma de governo num regime democrático. Ele tem realmente virtudes e atributos que o presidencialismo não possui. O presidencialismo é rígido, é duro, é inflexível. Já o regime parlamentarista tem a flexibilidade para atender, num momento, as crises e a todas as exigências da opinião pública". Tancredo Neves, em 8 de novembro de 83.

"Entre a instabilidade do sistema parlamentarista e a irresponsabilidade do sistema presidencialista é mil vezes preferível o sistema parlamentarista". Rui Barbosa, discurso em 1910.

"Enquanto as instituições políticas ao longo do Império tiveram uma linha evolutiva no sentido da democratização, as instituições políticas representativas do Brasil republicano marcam uma linha exatamente em sentido contrário, no sentido da autocracia e da irresponsabilidade". Paulo Brossard, em 25 de outubro de 83.

INCÓGNITA

Os parlamentaristas acreditam que se o presidente José Sarney a apoiar, a mudança de regime seria aprovada com 90 por cento dos votos da Constituinte. Contudo, o presidente Sarney é uma incógnita. Em diversas oportunidades, ele disse a Faccioni que era parlamentarista, mas em julho último, quando este deputado lhe sugeriu que encaminhasse ao Congresso uma mensagem neste sentido, não deu resposta e mudou o assunto.

Nos últimos meses o presidente Sarney tem falado, com frequência, na necessidade de "dividir as responsabilidades", expressão que repetiu, na última quarta-feira, para os governadores. A alguns tem observado que "está cansado" e que "o Brasil é muito grande para ser governado sozinho". Não há, porém, quem revele ter ouvido dele, após sua posse na Presidência, uma palavra em favor do parlamentarismo.

Em 83, quando se discutiu a chamada emenda Figueiredo, a executiva do PMDB decidiu propor ao

Governo o regime parlamentarista. O presidente Ulysses Guimarães procurou o senador Amaral Peixoto, que transmitiu a proposta ao ministro Leão de Abreu, que não o aceitou. Ele alegou que Figueiredo já retirara a sua emenda.

Leão de Abreu teve outra oportunidade para aceitar o parlamentarismo. Os senadores Jorge Bornhausen (na época, PDS) e Afonso Camargo procuraram-no, em conjunto, para convencê-lo de que a saída para a crise seria modificar o regime. Não tiveram êxito.

CAUTELAS

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, pode favorecer o parlamentarismo. Tudo indica, porém, que, mesmo tendo sugerido-o em 83, não ficará a favor. Na prática, ele está assumindo, cada vez mais, a posição de primeiro-ministro, inclusive recebendo ministros e orientando-os sobre problemas administrativos, recomendando-lhes providências etc. Contudo, as suas simpatias pelo presidencialismo são inegáveis.

No PFL, os dois principais líderes — ministros Aureliano Chaves (Minas e Energia) e Marco Maciel (Gabinete Civil) — têm quase a mesma posição. Maciel aceita, no máximo, "um presidencialismo mitigado" e Aureliano, mesmo ressaltando que seu pai era parlamentarista, destaca, sempre, o receio com a instabilidade. A exemplo de Ulysses, Aureliano e Maciel são apontados como candidatos a Presidente da República.

O ministro Bornhausen acha que o parlamentarismo virá, mas existem dificuldades para sua implantação. Não é conveniente adotá-lo no meio de um mandato presidencial; o sistema puro, com a dissolução da Câmara, dificilmente será aprovado; o presidente da República não poderá deixar de ser eleito diretamente porque essa é uma exigência da sociedade.

As divergências começam entre os parlamentaristas. Com a experiência de 61 bem viva, o ministro Paulo Brossard não concorda com as distorções e desvios do sistema clássico. Acha que sem a dissolução da Câmara, sem o sistema especial de pesos e contrapesos, o regime não existirá e apresentará deficiências.

Bornhausen e Brossard não compreendem dois argumentos muito usados para o parlamentarismo: o de que é incompatível com a Federação e só poderá ser implantado quando os partidos estiverem fortes, estabilizados. O primeiro surge de uma frase de Rui Barbosa, contestada posteriormente por ele mesmo, e, no segundo, ocorre o contrário: o parlamentarismo cria, necessariamente, partidos fortes.

Bancada mineira apóia reeleição de Ulysses

WILKIE RODRIGUES
Correspondente

Belo Horizonte — Depois de uma reunião que terminou no começo da madrugada de ontem, o governador eleito de Minas, Newton Cardoso, os senadores e a bancada mineira do PMDB na Câmara Federal decidiram apoiar a candidatura do deputado Ulysses Guimarães para as presidências da Assembleia Nacional Constituinte e para a reeleição à Câmara dos Deputados. A indicação de um nome da bancada mineira para o lugar do líder Pimenta da Veiga, na liderança do PMDB e do Governo na Câmara, não foi definitiva, com os senadores e deputados preferindo continuar nas avaliações até conseguir um nome de consenso para o cargo.

Ao final do encontro dos senadores e deputados federais com o governador eleito Newton Cardoso, foi distribuída uma nota oficial à imprensa, na qual a bancada federal e os senadores constituintes manifestaram "apoio integral à iniciativa do presidente Sarney de promover um amplo entendimento entre Governo, empresários e trabalhadores como única forma de estabilizar a economia e controlar a inflação, garantindo ao mesmo tempo o crescimento econômico e os ganhos reais de salários, proporcionados pelo Governo do PMDB aos trabalhadores".

A nota registra, também, "o decidido apoio às ações do governador Newton Cardoso na defesa de uma reforma tributária de emergência, que marca o início da restauração do regime federativo com a consequente descentralização de recursos e competências. Apóia também as colocações do Governador eleito a uma maior participação de Minas nas decisões políticas e econômicas nacionais".

Em seu último parágrafo, a nota assinala, em rela-

ção à bancada de deputados federais e senadores, reunida pela primeira vez depois das eleições de 15 de novembro, "a sua disposição clara e firme de cumprir os compromissos do partido em relação à consolidação do regime democrático, atuando na Assembleia Nacional Constituinte no sentido de dotar o País de uma constituição moderna, socialmente avançada e que seja um instrumento de promoção da liberdade e do bem-estar para todos".

DISSIDENTES

A presença dos dissidentes na reunião da noite de anteontem, no gabinete do governador eleito no primeiro andar do BDMG, serviu para mostrar a existência de um esforço conjunto do PMDB mineiro no sentido de marchar de encontro a uma conciliação. Estavam presentes, além de Pimenta da Veiga, o deputado eleito Hélio Costa, que, durante a campanha foi um dos principais opositores de Newton Cardoso, tecendo críticas contundentes a nível pessoal. Costa, embora não tivesse sido convidado pela assessoria

de Newton Cardoso para a reunião, foi o primeiro parlamentar a chegar ao BDMG.

A reunião serviu para que os participantes fizessem uma ampla análise do comportamento do partido a nível nacional. Falou-se, ainda, do encontro do governador eleito de Minas com o deputado Ulysses Guimarães, quando ficou admitida a hipótese da escolha de um nome da bancada mineira, na Câmara Federal, para a liderança do partido e do Governo naquela Casa.

Participaram da reunião os senadores Alfredo Campos e Ronan Tito e da bancada de 35 deputados, somente Carlos Mosconi, Carlos Cotta, Marcos Lima, Celso de Castro e Luiz Leal estavam ausentes.

Antes da reunião com os senadores e a bancada federal, o governador eleito manteve um encontro, também às portas fechadas, com a bancada estadual, na Assembleia Legislativa, quando ficou acertado que até o final da próxima semana, ele indicará seu líder na Assembleia e terá o seu nome para a presidência da Casa.

Para Lyra, é ilegal

O deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), candidato de contestação à presidência da Câmara, afirmou ontem que cada dia fica mais flagrante a inconstitucionalidade da reeleição de Ulysses Guimarães, apesar do esforço de alguns dos seus amigos em defenderem "o que é um grande absurdo".

A inconstitucionalidade da reeleição de presidente da Câmara está estabelecida no artigo 30, parágrafo único, inciso F da Constituição vigente.

SURPRESA

Fernando Lyra disse que está surpreso com a desenvoltura com que

setores do PMDB vêm sustentando que a reeleição tornou-se permitida a partir de uma modificação que o regime militar promoveu no regimento interno da Câmara pensando em abrir caminho para a permanência do então deputado Nelson Marchezan na presidência daquela Casa.

E lambe-lambe — disse Lyra — que um artifício criado pela ditadura seja agora invocado por alguns políticos que fazem praça de liberais. O regimento interno é uma peça ainda mais autoritária do que a Constituição vigente — disse o deputado